



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO II e § 3º do ART. 75, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO	072/2026
DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA	23:59 h do dia 23/02/2026
REFERÊNCIA DE PREÇO	R\$ 42.607,10 (quarenta e dois mil, seiscentos e sete reais e dez centavos)
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA FINAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	secop@carapebus.rj.leg.br

A Câmara Municipal de Carapebus, situada na Praça da Igreja Matriz, nº19, Centro nesta cidade, inscrita sob o CNPJ nº 01.635.780/0001-09 em atendimento ao §3º do art. 75 da Lei nº. 14.333/2021, torna público para conhecimento dos interessados a realização de Chamada Pública para DISPENSA DE LICITAÇÃO, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, para **“Aquisição de Placas de Legislatuara, prismas de Mesa, Títulos Honoríficos e Quadros para a Câmara Municipal de Carapebus”** e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados, a fim de obter propostas adicionais.

ANEXOS DESTE AVISO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

ANEXO III – DECLARAÇÃO CONJUNTA

ANEXO IV – MODELO DE FORMULÁRIO INFORMATIVO

ANEXO V – DECLARAÇÃO ME-EPP

Os interessados deverão acompanhar as mensagens referentes a este Aviso, (respostas a questionamentos, impugnações, recursos, etc.) no portal da Câmara Municipal de Carapebus, (www.carapebus.rj.leg.br), sendo exclusivos responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo portal.



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

1. REGÊNCIA LEGAL

As contratações através de dispensa de licitação da Câmara Municipal de Carapebus regidas pelos dispositivos legais:

1.1 Lei nº 14.133/2021, Art.75, Inc.II;

1.2 Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

2. OBJETO

2.1 Aquisição de Placas de Legislatura, Prismas de Mesa, Títulos Honoríficos e Quadros, conforme condições constantes neste Termo de Referência, Anexo I deste Aviso.

3. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

3.1 Os interessados deverão proceder, antes da elaboração das propostas, verificação minuciosa de todos os elementos fornecidos, solicitando por escrito ao setor de Compras, COMPRA, via e-mail: secop@carapebus.rj.leg.br, até 01 (um) dia útil antes do prazo final para apresentação da documentação, as dúvidas suscitadas, que serão esclarecidas no Portal desta Câmara Municipal.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar desta Dispensa de Licitação proponentes regularmente estabelecidas no país que atenda às condições exigidas neste Aviso e seus anexos, devendo pertencer ao ramo da atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação.

4.2 Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados:

- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.
- b) Que não atendam às condições deste Aviso e Termo de Referência;
- c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 – TCU Plenário);
- f) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

5. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

5.1. As informações relativas a especificações do objeto, dotação orçamentária, prazos e local de entrega estão elencadas no Termo de Referência anexo I deste Aviso.



6. PRAZO E FORMA PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

6.1 PRAZO DE ENTREGA DA PROPOSTA: Esta chamada pública para Dispensa de Licitação ficará aberta por um período de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de publicação do AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO no sítio eletrônico oficial.

6.2 PRAZO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: **Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante mais bem classificado, nos termos do Art. 62 e 63 da Lei Federal nº 14.133/21**, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração da Câmara.

6.3 A proposta de preços e os documentos de habilitação, deverão ser encaminhados via e-mail, para o endereço eletrônico: secop@carapebus.rj.leg.br fazendo referência no assunto do e-mail a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026.

7. PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 A proposta de preços deverá ser apresentada na forma, prazo e condições estipulados neste Aviso e seus anexos.

7.2 A proposta deverá ser redigida em papel timbrado do interessado, por meio mecânico ou informatizado ou preenchido manualmente de forma clara e inequívoca, podendo ser usado no modelo sugerido pela Administração, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Aviso, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

- a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone /e-mail e pessoa de contato;
- b) Preços de acordo com os praticados no mercado, dentro do preço máximo que o COMPRA se dispõe a pagar, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R\$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta por extenso.
- c) Prazo de validade de proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

7.3 A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, para fiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.

7.4 A Proposta de Preços que não estiver em consonância com as exigências deste Avisos será desclassificada, assim como aquelas que não tenham considerado, para a formação de seus preços, os parâmetros estabelecidos neste Aviso, a exemplo de prazo de entrega máximo, características técnicas do objeto e prazos mínimos de garantia.

7.5 os preços ofertados não poderão exceder os preços máximos, constantes neste Aviso.



8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1 para fins de comprovação de habilitação, deverão ser apresentados junto com a proposta de preços, os documentos abaixo relacionados, com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade:

8.1.1 Habilitação Jurídica

- a) Cópia do Ato Constitutivo da empresa e suas alterações, caso couber
- b) Cópia da Carteira de Identidade e do CPF do responsável ou representante legal da empresa.

8.1.2 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa.
- b) Comprovante de regularidade perante a Fazenda federal ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Comprovante de regularidade perante a Fazenda estadual ou outra equivalente, na forma da lei, do domicílio ou sede do licitante,
- d) Comprovante de regularidade perante a Fazenda municipal ou outra equivalente, na forma da lei, do domicílio ou sede do licitante;
- e) Comprovante de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Comprovante de regularidade relativa ao FGTS que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Comprovante de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT);
- h) Comprovante de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Declaração conjunta).

8.1.3 Habilitação Técnica (dispensada)

8.1.4 Habilitação Econômico-Financeira (dispensada)

8.1.5 Documentação Complementar

- a) Declaração Conjunta, conforme modelo.
- b) Formulário Informativo, conforme modelo.
- c) Em caso de Contrato, deverá ser apresentado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), obtido através do endereço eletrônico <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes>

8.1.6 A Administração Pública poderá requerer os documentos oficiais para dirimir quaisquer dúvidas e/ou emitir novos documentos em sites oficiais para confirmação de sua autenticidade.



- 8.1.7 A critério do Setor de Compras, caso julgue necessário, poderá ser solicitado outros documentos de habilitação, incluindo econômico-financeira, ouvida a Procuradoria Jurídica.

9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1 PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1.1 As propostas apresentadas em consonância com as exigências do Aviso serão classificadas e será considerada a **mais bem classificada** a que apresentar o menor preço, nos termos do art. 33 da Lei nº 14.133/21.

9.1.2 Os interessados que apresentarem proposta de preços com divergência às exigências deste Aviso e seus anexos será desclassificada.

9.2 HABILITAÇÃO

9.2.1 Será habilitado o interessado que atender todas as condições do Aviso e seus anexos.

9.2.2 Será inabilitado o interessado que não atender às condições do Aviso e seus anexos.

9.3 Como CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE serão adotados os preços estimados previstos na **REFERÊNCIA DE PREÇO** deste Aviso, como o valor máximo a ser aceito pela Administração.

9.4. No julgamento das **Propostas Comerciais**, será classificada vencedora a proponente que tiver cotado, para o objeto licitado o **MENOR PREÇO** e atendido os requisitos de habilitação previstos no item 8 deste Aviso.

10. OBRIGAÇÕES, PENALIDADES E SANÇÕES

10.1. As obrigações, penalidades e sanções estão elencadas no Termo de Referência, anexo I deste Aviso e são parte integrante independente de transcrição.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O interessado não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.

11.2 Poderá esta Câmara Municipal de Carapebus, revogar o presente Aviso, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

11.3 A Câmara Municipal de Carapebus poderá anular o presente Aviso, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação. A anulação do procedimento oriundo deste Aviso, não gera direito a indenização.

11.4 Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pela Câmara Municipal de Carapebus.

11.5 Ao apresentar a proposta de preços, o interessado declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta Dispensa de Licitação, quer direta ou indiretamente.



11.6 A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretratável, por parte do interessado, das exigências e condições estabelecidas neste Aviso e Termo de Referência.

11.7 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação/inabilitação do interessado que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de mais sanções cabíveis.

11.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso, com fulcro no Art 183 da Lei Federal 14.133/2021, serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, observandose as seguintes disposições:

- a) Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;
- b) Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;
- c) Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.

11.8.1 Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:

- a) O primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet.

Carapebus-RJ, 10 de fevereiro de 2026.

José Antônio Rosa Júnior
Agente de Contratação
Mat.: 896
Vínc.: 1039